



RELOCI – 3.2.1 (GOVERNO)

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Entidade: Município de Alegre – ES

Gestor responsável: Nemrod Emerick

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Chefe de Poder Executivo** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao TCE-ES para avaliação da gestão do Chefe do Poder Executivo e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.

1.2. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de detalharmos os pontos de controle selecionados para análise, é fundamental abordar algumas questões preliminares que podem prejudicar a análise da presente Prestação de Contas Anual por parte desta UCCI.

Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, a PCA compreende um conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e de outras peças e documentos necessários para a prestação de contas dos responsáveis.

As normativas do TCE-ES determinam quais pontos de controle devem ser examinados pelo Controle Interno na PCA do exercício. Os principais pontos dizem respeito à consistência dos dados apresentados nos balanços e demonstrativos contábeis.



No entanto, é importante notar que o Conselho Federal de Contabilidade estabelece que a análise de demonstrativos contábeis é uma atividade exclusiva de profissionais com formação acadêmica em ciências contábeis e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2018, o CRC/ES emitiu uma notificação aos Controladores dos municípios capixabas, alertando-os sobre a proibição de realizar análises de demonstrativos contábeis caso não possuam a qualificação exigida, sob pena de incorrerem em crime de exercício ilegal de profissão, conforme o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso específico do Controlador Geral do Município de Alegre, embora tenha formação acadêmica em direito, não possui graduação em ciências contábeis nem está registrado no CRC/ES.

Na PCA de 2017, o então Coordenador de Controle Interno do Município de Alegre optou por não analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCE-ES, o que resultou na citação do Prefeito Municipal para apresentar justificativas pela falta de medidas necessárias para viabilizar a análise dos demonstrativos contábeis.

Diante dessa situação, a UCCI enviou um Ofício ao ex-Prefeito Municipal solicitando a designação de um servidor com formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, e que não estivesse envolvido com as contas das UG's, para realizar a análise dos demonstrativos contábeis de forma imparcial.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal informou que não possuía um profissional com essas características em seu quadro de servidores, mas destacou que contratou uma empresa especializada para reformular o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre, incluindo a criação de cargos efetivos de auditores para a Controladoria.

Essa reformulação resultou na aprovação de uma nova estrutura administrativa pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que incluiu a criação do cargo de Controlador Geral do Município, Superintendência de Controle Interno, Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados, Superintendência de Ouvidoria e Participação Social, e Diretoria de Integridade e Transparência.

No entanto, o Projeto de Lei que previa a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno ainda não foi aprovado até a presente data.



Portanto, devido à falta de formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, evidenciada está a impossibilidade do atual CGM em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.

1.3. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2024 para as atividades da UCCI foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2024	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretoria de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.



2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo
2. Gestão Previdenciária					
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; indagação.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
1.4. Limites constitucionais e legais					
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212; Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Revisão analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Análise Documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Conformidade Revisão analítica	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Contas de Governo (Prefeitura)



2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea "b".	Análise documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Contas de Governo
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea "f".	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Contas de Governo
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Análise Documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Contas de Governo
2.1.13	LOA – Reserva de contingência	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Contas de Governo
2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Contas de Governo
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Análise Documental	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Contas de Governo
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	Análise Documental	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Contas de Governo
2.2.25	Transparência na gestão - Conteúdo do RREO	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Análise Documental	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Contas de Governo
2.2.3.29	Transparência na gestão -	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Análise Documental	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em	Contas de Governo



	divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)			meios eletrônicos de acesso público.	
2.2.3.30	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Contas de Governo
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Análise Documental	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise Documental	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

No presente tópico, denominado "Constatações e Proposições", buscamos oferecer uma análise abrangente dos resultados encontrados e das propostas relacionadas aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme especificado na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES. No entanto, é importante ressaltar que, dentre os pontos avaliados, não identificamos irregularidades.

4. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

4.1. Transferências de Recursos ao Poder Legislativo

Base Normativa: Art. 168 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) da Constituição Federal.

O artigo 168 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Durante o exercício de 2024, esta Unidade Central de Controle Interno fiscalizou diligentemente as transferências de recursos ao Legislativo Municipal, solicitando à Tesouraria os comprovantes que asseguram a tempestividade das transferências.



Nº	DATA LIMITE	DATA DA TRANSFERÊNCIA
1	20/01/2024	18/01/2024
2	20/02/2024	20/02/2024
3	20/03/2024	19/03/2024
4	20/04/2024	19/04/2024
5	20/05/2024	20/05/2024
6	20/06/2024	20/06/2024
7	20/07/2024	19/07/2024
8	20/08/2024	20/08/2024
9	20/09/2024	20/09/2024
10	20/10/2024	18/10/2024
11	20/11/2024	19/11/2024
12	20/12/2024	09/12/2024

Dessa forma, verifica-se que os prazos constitucionalmente estabelecidos foram respeitados, bem como os valores correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais foram devidamente observados.

4.2. Limites constitucionais e legais

4.2.1. Educação – aplicação mínima

Base Normativa: Art. 212, caput, da Constituição da República/1988 e Art. 60, inciso XII, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República/1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006), EC 108/2020.

O limite mínimo anual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino é estabelecido conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

O subitem 1.4.1, que trata sobre limites constitucionais e legais, analisa se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Durante o exercício de 2024, observou-se que o Município de Alegre, em alguns meses, não atingiu o limite mínimo exigido para aplicação de recursos voltados à manutenção e



desenvolvimento de ensino. Entretanto, antes do fim do 1º semestre, estabilizou suas despesas acima do limite mínimo exigido, conforme se observa da tabela abaixo:

MÊS	PERCENTUAL APLICADO
JANEIRO	17,38%
FEVEREIRO	18,62%
MARÇO	20,57%
ABRIL	22,35%
MAIO	24,07%
JUNHO	25,39%
JULHO	26,06%
AGOSTO	27,55%
SETEMBRO	27,53%
OUTUBRO	28,31%
NOVEMBRO	27,81%
DEZEMBRO	26,63%

Ocorre que, consoante as informações constantes do Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, consolidadas até novembro, somadas à informação constante do Anexo 8 do RREO, referente ao 6º bimestre do exercício de 2024, ao final do mês de dezembro, refletem que o Município de Alegre aplicou o equivalente a **26,63% (vinte e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento)** da receita resultante de impostos e transferências voluntárias na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dessa forma, infere-se que a fiscalização ocorreu de maneira efetiva, sendo o limite mínimo, previsto no artigo 212 da Constituição Federal, observado pela gestão para o exercício de 2024.

4.2.2. Saúde – aplicação mínima

Base Normativa: Art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da Pública/1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000).

O limite mínimo anual de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde é estabelecido conforme determina o artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012: “Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, **no mínimo, 15% (quinze por cento)** da arrecadação dos impostos a que se refere



o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal”.

O subitem 1.4.4, que trata sobre limites constitucionais e legais, analisa se a aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde atingiu o limite de quinze por cento, no mínimo, sendo consideradas as despesas elencadas nos incisos de I a XII, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 141/2012.

Consoante as informações constantes do Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, consolidadas até novembro, somadas à informação constante do Anexo 12 do RREO, referente ao 6º bimestre do exercício de 2024, ao final do mês de dezembro, refletem que o Município de Alegre aplicou o equivalente a **20,91% (vinte inteiros e noventa e um centésimos por cento)** da receita resultante de impostos e transferências voluntárias nas ações e serviços públicos de saúde.

4.2.3. Despesas com pessoal – limite

Base Normativa: Art. 20, inciso III, alínea “b”, art. 19, III, e art. 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000.

O limite da despesa com pessoal, mencionado no artigo 169 da Constituição Federal de 1988, estabelecido no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para os municípios é de **60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida** em cada período de apuração, o qual se dá por meio da soma da RCL realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

Consoante as informações constantes do Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ao final do mês de dezembro, o Município de Alegre utilizou apenas **46,92% (quarenta e seis inteiros e noventa e dois centésimos por cento)** da Receita Corrente Líquida com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

4.3. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA



No decorrer do exercício de 2024, a UCCI instaurou procedimento em cumprimento ao PAA, cujo objetivo era verificar a correta apresentação dos instrumentos de planejamento em face às exigências legais – PPA, LDO e LOA (atendimento de prazos e regras de transparência).

O modelo orçamentário brasileiro definido pelo art. 165 da Constituição Federal é composto por três instrumentos: o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.

O **Plano Plurianual – PPA**, está previsto no inciso I e § 1º, do art. 165 da CF/88, é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o horizonte de quatro anos, podendo ser revisado a cada ano. Ele deve definir com clareza as metas e prioridades do governo, bem como os resultados esperados.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**, está prevista no inciso II e § 2º do art. 165 da CF/88, tem como principal função estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. É papel da LDO ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente, e diferente do que acontece com o PPA, a LDO deve ser elaborada todos os anos.

A **Lei Orçamentária Anual – LOA**, está prevista no inciso III e § 5º do art. 165 da CF/88, é o instrumento de planejamento de curto prazo (01 ano) utilizado pelos municípios com objetivo estimar as receitas e autorizar as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. É a lei orçamentária anual que permite que sejam colocadas em prática as ações pretendidas pelo governo que foram estabelecidas no plano plurianual.

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 057/2024 – UCCI / GAB / SEFIP, com data de 16/04/2024, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para encaminhamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2025 ao legislativo municipal, qual seja, 30/04/2024.

Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 016/2024 para a Câmara Municipal no dia 30/04/2024, atendendo ao disposto no art. 3º, § 5º, do Regimento Interno do Poder Legislativo Alegrense.



Do mesmo modo que a legislação fixa prazo para o encaminhamento do projeto de lei ao legislativo, também fixa para a devolução e sanção daquele, cujo prazo limite vence em 30/06/2024.

Vale destacar que o prazo anteriormente indicado não fora rigorosamente observado, tendo a Lei nº 3.881/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025) sido sancionada no dia 05/07/2024.

Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a Unidade Central de Controle Interno encaminhou o OFÍCIO Nº 162/2024 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 16/09/2024, alertando sobre o dever de encaminhar, ao Legislativo Municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2025, cujo prazo encerrou em 30/09/2024, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 034/2024, encaminhado para a Câmara dos Vereadores no dia 30/09/2024.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta UCCI, o OFÍCIO Nº 236/2024 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 05/12/2024, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2024, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.902/2024 sancionada no dia 13/12/2024.

Assim agindo, a Unidade Central de Controle Interno cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.

4.4. Remuneração dos Agentes Políticos

Base Legal: Lei Municipal nº 3.762/2023; arts. 37, incisos X e XI, 29, inciso V, e 39, § 4º da Constituição da República.

A Lei Municipal nº 3.762/2023 fixou os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, para a legislatura 2025/2028, em R\$ 19.000,00 e R\$ 9.500,00, respectivamente.

Diante do exposto, constata-se que as despesas com a remuneração desses Agentes Políticos, durante o exercício, estão em conformidade com o mandamento legal.



5. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

A **Lei Municipal nº 3.631/2021** instituiu a Reforma da Previdência no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre, redimensionou o Plano de Benefícios e o Plano de Custeio, e consolidou a legislação previdenciária.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre possui o seguinte rol de benefícios previdenciários aos seus segurados e respectivos dependentes:

Art. 11 - O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Alegre possui o seguinte rol de benefícios previdenciários aos seus segurados e respectivos dependentes:

I - Quanto aos segurados:

- a) Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- b) Aposentadorias voluntárias;
- c) Aposentadoria compulsória;

II - Quanto aos dependentes:

- a) Pensão por morte;

Parágrafo Único - Aos segurados e dependentes é assegurado o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, na forma do disposto nesta Lei.

O RPPS é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Alegre, por meio dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e dos segurados ativos, inativos e pensionistas.

O Plano de Custeio está previsto no Capítulo III da Lei Municipal nº 3.631/2021:

Art. 55. A contribuição previdenciária patronal do Município, da Câmara, e das autarquias não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. Caput alterado pela Lei Complementar 001/2021

§1º. O plano de custeio mensal para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Alegre, relativamente às alíquotas de contribuição previdenciária a ser repassada pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, suas autarquias e fundações, incidentes sobre a somatória das bases de contribuição dos seus respectivos servidores em atividade, é de 22% (vinte e dois por cento), sendo 19% (dezenove por cento) a título de contribuição previdenciária e 3% (três por cento) para o custeio das despesas administrativas do regime próprio. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021



§2º. O plano de custeio mensal para o RPPS do Município de Alegre, relativamente às alíquotas de contribuição patronal, incidentes sobre a somatória das bases de contribuição dos seus respectivos servidores em atividade, é de 22% (vinte e dois por cento), sendo 19% (dezenove por cento) a título de contribuição previdenciária e 3% (três por cento) para o custeio das despesas administrativas do regime próprio. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§3º. Os repasses das alíquotas deverão ocorrer mensalmente com objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial e a manutenção do custeio previdenciário. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§4º. O órgão competente da Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento poderá reter das consignações em folhas de pagamento, do duodécimo ou outras transferências, os valores devidos ao regime e não pagos no prazo fixado por esta Lei pelos entes e órgãos patrocinadores. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

§5º. O regime próprio de previdência do servidor municipal, pelo seu órgão gestor, não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para realização dos pagamentos previstos nesta Lei. Parágrafo inserido pela Lei Complementar 001/2021

Art. 55-A. taxa de administração do serviço previdenciário é de 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), aplicados sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS de Alegre, apurado no exercício financeiro anterior. Caput alterado pela Lei Complementar 014/2023

§1º. O valor a que se refere este artigo será separado, mensalmente, das contribuições previdenciárias repassadas ao IPASMA, e destinado, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do RPPS de Alegre, com observância das normas específicas do Ministério do Trabalho e Previdência.

(...)

Art. 57. A contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município, inclusive da Administração Indireta e do Poder Legislativo, será mantida em 14% (quatorze por cento), incidindo sobre a base prevista no art. 60 desta Lei.

§1º. Os aposentados e pensionistas manterão a contribuição em 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e de pensão que supere o limite máximo estabelecido para benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Parágrafo alterado pela Lei Complementar 001/2021

A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou outras importâncias devidas ao RPPS pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a retenção, deverão ser repassadas ao IPASMA até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 3.631/2021.



No exercício em análise, observa-se que as receitas orçamentárias, com exceção à receita destinada à amortização do déficit atuarial e a remuneração dos investimentos, não foram suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários e despesas administrativas do RPPS.

Depreende-se que o RPPS não foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, prejudicando a acumulação de rendimentos de aplicações financeiras e as receitas destinadas à amortização do déficit atuarial.

O desequilíbrio financeiro apurado no RPPS demonstra incapacidade por parte das alíquotas previdenciárias normais (patronal e de servidores) para suportar o pagamento dos benefícios, justificando a necessidade de revisão da legislação municipal, iniciativa já adotada pelo Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.631/2021 – Reforma da Previdência.

Portanto, diante de tal situação, compete ao gestor responsável a solicitação de aporte por parte do tesouro municipal, propiciando a devida complementação de recursos para o pagamento de despesas previdenciárias, em garantia à constituição de reservas decorrentes do rendimento de aplicações financeiras e recursos do plano de amortização, iniciativa esta já adotada pela Diretora Presidente do IPASMA.

5.1. Equilíbrio Atuarial

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o equilíbrio financeiro e atuarial constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado avaliação atuarial, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário. Seu papel é avaliar o plano de custeio do RPPS para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998.

A Diretora Presidente do IPASMA encaminhou à UCCI o Relatório da Avaliação Atuarial (data-base dezembro/2024), confeccionado pelo Atuário, Richard Dutzmann, MIBA nº 935.



<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=117>

5.2. Regularidade Previdenciária

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é um documento fornecido pelo Ministério da Previdência Social que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, pelo regime próprio de previdência social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Em consulta ao portal eletrônico do CADPREV, o Município de Alegre possui CRP nº 985603 - 239112, emitido em 16/12/2024, vigente até 14/06/2025.

6. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Nemrod Emerick**, Prefeito do Município de Alegre-ES, relativa ao exercício de 2024.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI ao longo do exercício de 2024, percebe-se com clareza que cumprimos devidamente com as nossas atribuições e competências, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da Tabela Referencial 1 da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS** (Item 1.2 Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis).

Alegre/ES, 20 de março de 2025.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020